

Sumário

Prefácio	
Rosemiro Pereira Leal	21
Apresentação	
Sérgio Tiveron Juliano	25
Notas do autor	27
<i>Capítulo 1</i>	
Aspectos desconstrutivos da Teoria do Estado Mítico e da sociedade autopoietica	29
1.1 Considerações introdutórias em Teoria do Estado, Direito Constitucional e Teoria da Constituição	29
1.2 Perspectivas conjecturais sobre Estado	33
1.3 Aspectos significativos do conceito de Povo	37
1.4 Análise e (re)construção do conceito de soberania	40
1.5 O Povo (comunidade jurídica) como titular da soberania	43
1.6 Plebiscito e referendo: alguns apontamentos	45
1.6.1 Brevíssimas considerações críticas	47
<i>Capítulo 2</i>	
Constitucionalismo e Constituição	49
2.1 Constitucionalismo: da Antiguidade à contemporaneidade	49
2.2 A Constituição europeia e a tensão criativa da humanidade	53
2.2.1 Características dos textos constitucionais	57
2.2.1.1 Constituições escritas e promulgadas	58
2.2.1.2 Constituição em sentido material e em sentido formal	60
2.2.1.3 Constituição quanto à rigidez e flexibilidade	61
2.2.1.4 Constituição e a classificação ontológica de Karl Loewenstein	63

2.3	Constitucionalismo e tipos de Estado	64
2.3.1	Estado de Direito Liberal	65
2.3.2	Estado de Direito Social	69
2.3.3	Estado de Direito Democrático.....	72
2.3.4	Estados constitucionais e políticas globalitaristas.....	74
2.3.4.1	A política da globalitarização nas “sociedades em rede”	74
2.3.4.2	O império bélico como lastro econômico do mundo	79
2.3.4.3	A política de deseducação governamental como violência sobre as gerações.....	81
2.4	Assembléia Constituinte e Constituição	83
2.4.1	Decisão processual legislativa originária	83
2.4.2	Decisão processual legislativa derivada.....	87
2.4.3	O risco de desmonte da Constituição pela atividade de reforma	89
2.5	Reforma na Constituição e Direito Adquirido	93
2.5.1	Constituição Brasileira e Direito Adquirido.....	93

Capítulo 3

Estrutura e aplicabilidade das normas constitucionais	97	
3.1	Estrutura das normas constitucionais	97
3.2	Aplicabilidade das normas constitucionais	100
3.3	Efetividade das “normas programáticas”: rompimento com a dogmática jurídica	105
3.4	Institutos jurídicos utilizados para os casos de não-efetivação das normas constitucionais	108
3.5	Considerações finais	110

Capítulo 4

Direito Constitucional e Direito Internacional	113	
4.1	A proteção dos direitos humanos no Direito Internacional e no Direito interno do Estado Brasileiro	113
4.2	Sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos	116
4.3	Sistema Interamericano: análise descritiva do procedimento de acesso à Comissão de Direitos Humanos	116
4.4	A constitucionalização das normas de Direito Internacional.....	118

Capítulo 5

Federalismo.....	123
5.1 Federalismo e sociedades político-democráticas	123
5.2 Formas de Estado	124
5.3 Estado Federal Brasileiro	126
5.4 Semelhanças e diferenças entre as formas de Estado.....	127
5.5 Federalismo e intervenção.....	128
5.6 O Estado-Membro e a questão da autonomia na organização federal.....	129
5.7 Federalismo, soberania e democracia.....	131
5.8 Federalismo e unidades territoriais soberanas.....	132
5.9 O Município na estrutura federativa brasileira	133

Capítulo 6

Repartição de competências.....	139
6.1 Abertura temática	139
6.1.1 Competência da União	141
6.1.2 Competência do Estado.....	142
6.1.3 Competência do Município.....	144

Capítulo 7

Nacionalidade – Apontamentos técnicos e descritivos.....	149
7.1 Noções introdutórias	149
7.2 Regras jurídicas para determinar a aquisição da nacionalidade brasileira	150
7.2.1 Aquisição da nacionalidade primária.....	151
7.2.2 Aquisição da nacionalidade secundária	154
7.3 Considerações finais	155
7.4 Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.....	156
7.4.1 Extradicação	156
7.4.2 Asilo político	158
7.4.3 Expulsão	158
7.4.4 Deportação	159

Capítulo 8

Direitos políticos.....	161
8.1 Aspectos preliminares de Teoria da Democracia e Direitos Políticos.....	161
8.2 A ideologia da democracia pela maioria.....	163

8.3	Democracia pelos destinatários da norma	169
8.4	O Processo Constitucional como discurso institucionalizado	171
8.5	Peculiaridades dos direitos políticos	174
8.5.1	Sufrágio	174
8.5.2	Voto.....	176
8.6	Outros aspectos descritivos em direitos políticos	180
8.6.1	Condições de elegibilidade: casos de perda e suspensão dos direitos políticos	180
8.7	Casos de inelegibilidade.....	182
8.7.1	Inelegibilidade absoluta.....	182
8.7.2	Inelegibilidade relativa	183
8.8	Sistemas eleitorais	185
8.8.1	Sistema majoritário.....	185
8.8.2	Sistema proporcional.....	186
8.8.3	Sistema distrital.....	187
8.9	Partidos políticos	189
8.10	Sistema de governo: cogitações terminológicas	192
8.10.1	Parlamentarismo	194
8.10.2	Presidencialismo	196
8.10.3	Neoparlamentarismo.....	197

Capítulo 9

	Hermenêutica constitucional (Um ensaio sobre a devida hermenêutica constitucional)	199
9.1	Hermenêutica constitucional e teoria da processualidade discursiva	199
9.2	O positivismo jurídico em Kelsen.....	202
9.3	Noções introdutórias à teoria interpretativa de Dworkin ...	206
9.4	Uma pequena referência à teoria da proporcionalidade de Alexy e à proposta interpretativa de Günther.....	209
9.4.1	Algumas últimas palavras	218

Capítulo 10

	Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade: apontamentos sobre o controle de legitimidade do Direito	221
10.1	Abertura temática	221
10.2	Modelos de controle de constitucionalidade e tipologia comparada	223

10.3	Modelos difuso e concentrado de controle de constitucionalidade: considerações críticas.....	227
10.4	Controle de constitucionalidade difuso (aberto): considerações gerais.....	228
10.5	Controle de constitucionalidade concentrado: considerações gerais.....	233
10.5.1	Ação direta de inconstitucionalidade	234
10.5.2	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	237
10.5.3	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	242
10.5.4	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	247
10.5.5	Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	248
10.6	A inconstitucionalidade de normas constitucionais.....	252
10.7	Considerações introdutórias sobre a ação direta de inconstitucionalidade no âmbito do Estado-Membro e do Município.....	258

Capítulo 11

	Teoria Geral do Processo Legislativo – Um pequeno exercício de Direito Processual Constitucional no recinto legislativo	263
11.1	Alinhamento da função legislativa	263
11.2	Diferença entre Processo e Procedimento.....	265
11.3	O Regimento Interno do Parlamento como sinônimo de procedimento.....	268
11.4	Comissões temáticas e decisões terminativas.....	270
11.5	Controle jurisdicional de constitucionalidade no Processo Legislativo	274
11.5.1	A inconstitucionalidade de vedação de fiscalização jurisdicional no Devido Processo Legislativo (o Processo da legislação).....	278
11.6	Considerações introdutórias sobre as espécies normativas: uma breve dimensão do Direito	283
11.6.1	Abertura temática	283
11.6.2	Emenda à Constituição.....	284
11.6.3	Lei complementar.....	286
11.6.4	Lei federal	288
11.6.5	Medida provisória.....	290
11.6.5.1	Apontamentos iniciais	290

11.6.5.2	Breve comentário sobre o procedimento legislativo da medida provisória	293
11.6.5.3	Considerações finais a respeito das medidas provisórias.....	296
11.6.6	Lei delegada	298
11.6.7	Decreto legislativo	299
11.6.8	Resolução.....	299

Capítulo 12

Ações constitucionais – Considerações teórico-descritivas.....		301
12.1	Considerações processuais.....	301
12.2	Mandado de segurança.....	303
12.2.1	Apresentação e finalidade	303
12.2.2	Fundamentos de liquidez e certeza na constitucionalidade democrática.....	303
12.3	<i>Habeas corpus</i>	308
12.3.1	Aspectos históricos.....	308
12.3.2	Finalidade e características.....	309
12.4	Ação popular	312
12.4.1	Considerações introdutórias.....	312
12.4.2	A prova da cidadania e compreensão crítica	314
12.5	A ação civil pública.....	317
12.5.1	Análise descritiva	317
12.6	<i>Habeas data</i>	319
12.7	Mandado de injunção	321
12.7.1	Finalidade e características.....	321
12.7.2	Uma história do instituto jurídico no Direito brasileiro.....	323

Capítulo 13

Teoria dos direitos fundamentais na discursividade processualizada		331
13.1	Direitos humanos: às vezes um dos maiores enigmas da humanidade.....	331
13.2	Teoria da vida humana digna e indigna vida nua.....	333
13.3	Direito à liberdade e à igualdade: a incongruência das doutrinas naturalísticas	339
13.3.1	Direito à liberdade: a profana aliança com o mundo animal.....	339

13.3.2	Direito à igualdade: a inconstitucionalidade do argumento contrário quando invocado na igualdade processual.....	341
13.4	Direito à propriedade	349
13.4.1	Direito à moradia e carência habitacional.....	349
13.4.2	Memória temática sobre reforma agrária	353
13.4.3	Regulação fundiária.....	356
13.4.4	Noções básicas de técnica jurídica	359
13.5	Último tópico, mas não em último lugar.....	360

Capítulo 14

	Notas adicionais sobre a necessidade de desmistificação do Direito: um capítulo com jeito de crônica.....	365
14.1	A identidade simbólica do Direito	365
14.2	O pênis do Direito ameaçado de castração pelas teorias de testabilidade do poder.....	367
14.3	O ensino do Direito fora de esquadro: um período de crise	369
14.4	O Direito construído por tipos de dominação.....	373
14.5	Considerações finais sobre o repensar o Direito.....	376

Capítulo 15

	A insólita Lei de Introdução ao Código Civil no Direito democrático.....	377
15.1	A inconstitucionalidade de métodos utilitaristas que ensinam a decidir no caso de omissão da lei	377
15.2	O cuidado na compreensão do que sejam os princípios gerais do Direito	378
15.3	A analogia na contramão do Direito democrático	380
15.4	O fetiche do ato decisório fundamentado em costumes...383	
15.5	À maneira de conclusão	385

	Referências	387
--	-------------------	-----

	Índice.....	405
--	-------------	-----